Senado pode votar aumento de potência de rádios comunitárias



Um dos projetos que poderão ser votados pelo Plenário do Senado é o que amplia a potência das rádios comunitárias

Projeto, que está na pauta do Plenário, expande a capacidade de transmissão das emissoras em até 12 vezes. Objetivo é estender a cobertura para áreas com residências dispersas, como as rurais

Plenário do Senado pode votar projeto do senador Hélio José que aumenta em até 12 vezes a potência máxima das rádios comunitárias. A proposta estabelece que a potência dessas emissoras poderá ser ampliada de 25 para até 300 watts, com três canais designados, em vez de um, para a execução de radiodifusão comunitária que atenda uma comunidade, um bairro ou uma vila.

Segundo o autor, o aumento da potência é necessário devido à grande diversidade geográfica do país. Com o atual limite, de 25 watts, as rádios podem atingir até um quilômetro de raio de cobertura, o que, para Hélio José, é insuficiente para operar em áreas de população esparsa, como zonas rurais.

De acordo com a proposta, a Agência Nacional de Telecomunicações ficará encarregada de definir a potência de cada rádio.

A mudança tem apoio de senadores, como Gleisi Hoffmann e Flexa Ribeiro, e é defendida pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária.

Se aprovada, a lei entrará em vigor 45 dias depois de ser sancionada. 3

Comissão Mista de Orçamento examina projeto da LDO de 2019

A Comissão Mista de Orçamento começa a discutir amanhã o relatório ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, do senador Dalírio Beber. Por causa da crise fiscal, marcada por deficits públicos anuais e aumento do endividamento estatal, o senador propôs uma

série de medidas de controle dos gastos para o próximo ano.

O projeto restringe a concessão de novos incentivos fiscais, proíbe reajustes para servidores públicos e elimina a criação de novos cargos. O parecer também propõe a redução de 10% das despesas com custeio administrativo. 3

Congresso se reúne para analisar vetos presidenciais 2

Projeto de dados pessoais pode ser votado hoje 3

Centenário de Athos Bulcão recebe homenagens

O Senado inaugura hoje, às 10h, exposição de projetos originais, gravuras e azulejos do artista plástico Athos Bulcão, que teria completado 100 anos ontem. Às 11h, uma sessão solene do Congresso Nacional homenageia o artista, cujas obras marcam a capital da República. A visitação do Congresso também preparou um roteiro especial pelas obras do artista. 2



Salão Verde da Câmara: painel de azulejos *Ventania* é uma das obras de Athos Bulcão que ornamentam o Congresso

Tecnologia pode ajudar cidadão a acompanhar tramitação das leis

A internet contribuiu para a mobilização dos brasileiros em torno de projetos de lei. Porém, acompanhar a tramitação das propostas, seguindo o trajeto de cada uma até se tornar lei, ainda pode parecer difícil para muitos. O Senado já oferece um sistema de buscas por proposições e, assim como a Câmara, desenvolve ferramentas para facilitar a consulta. 4



especial

cidadania

Informatização crescente do processo legislativo no Senado facilita consulta

Primeira infância exige atenção, alertam pediatras e professores

Especialistas disseram ontem, em debate na Comissão Senado do Futuro, que a sociedade deve dar mais atenção à primeira infância, período que vai até os 6 anos. O pediatra Antonio Lisboa explicou que muitos comportamentos antissociais, como os violentos, surgem na primeira infância. Essa foi a oitava audiência do ciclo de debates promovido pela comissão. 2



Encartado nesta edição, o *Jornal Senado Mulher*



Eventos marcam 100 anos do artista Athos Bulcão

Palácio do Congresso Nacional possui guase 20 trabalhos do pintor, escultor e azulejista Athos Bulcão, cuja obra marca as artes e a paisagem da capital da República desde a sua inauguração

O SENADO INAUGURA hoje, às 10h, exposição de projetos originais, gravuras e azulejos do artista plástico Athos Bulcão, que teria completado 100 anos ontem. E às 11h, senadores e deputados se reúnem em sessão solene no Plenário do Senado para homenagear o artista.

Ao lado do urbanista Lúcio Costa e do arquiteto Oscar Niemeyer, Athos é um dos nomes mais importantes da construção de Brasília. A mostra, que é fruto de parceria entre o Senado e a Fundação Athos Bulcão, fica aberta até 29 de julho na Senado Galeria.

Além da exposição e da sessão, o projeto Artistas do Congresso: releitura Athos Bulcão traz para o Espaço Ivandro Cunha Lima, a partir de hoje, a visão de artistas, que são também servidores do Congresso, sobre as obras de Athos. O primeiro convidado é Fernando Ribeiro, da Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing do Senado.

A equipe da visitação também estreia hoje um roteiro

A sociedade deve dar mais

atenção à primeira infância,

período que vai até os 6 anos

de idade. Essa foi a conclusão

de especialistas durante o

debate sobre políticas para a

primeira infância, promovido

ontem pela Comissão Senado

Professor da Universidade

de Brasília (UnB), o pediatra

Antonio Lisboa disse que a vio-

do Futuro (CSF).



Athos nasceu no Rio de Janeiro em 1918 e morreu em Brasília, aos 90 anos

especial de visita aos trabalhos de Athos Bulcão expostos nas duas Casas do Legislativo. Entre as obras do artista que fazem parte do acervo do Congresso, está um painel vermelho em madeira com figuras geométricas que compõe uma parede divisória do Salão Nobre do Senado, onde são realizadas solenidades. Na sequência, quem entra no Salão Negro pode observar a parede em mármore branco, intercalada por desenhos retangulares em granito negro, também de sua autoria.

A parede de azulejos em

Debatedores pedem mais atenção à primeira infância

lência é uma doença psicosso-

cial e que os comportamentos

antissociais são muitas vezes

criados na primeira infância,

o que pode ser prevenido com

mais foco nas necessidades

O professor Vital Didonet,

da Rede Nacional Primeira In-

fância (RNPI), defendeu uma

política integrada de atenção

às crianças.

dos primeiros anos de vida.

branco e azul chamada Ventania também leva a assinatura do artista. A obra compõe o jardim de inverno da sala da Presidência, passa pela área em que se localiza a Secretaria-Geral da Mesa do Senado e se estende por todo o Salão Verde da Câmara.

Dois painéis vermelhos que ocupam as paredes laterais da Ala Senador Teotônio Vilela também chamam a atenção dos visitantes.

Exposição Athos Bulcão de 3 a 29 de julho, Senado Galeria abertura hoje às 10h

A audiência pública foi

aberta pelo presidente da

Comissão Senado do Futuro,

senador Hélio José (Pros-DF),

e os debates foram conduzi-

dos pelo senador Cristovam

Buarque (PPS-DF). Essa foi

a oitava audiência pública

do ciclo de debates fruto da

parceria da comissão com a

UnB e a organização União

Congresso tem sessão hoje para analisar dois vetos do Executivo

O Congresso Nacional deve analisar hoje, em sessão a partir das 19h, dois vetos do presidente da República, Michel Temer, a projetos recentemente aprovados.

O primeiro deles é o veto total ao PLC 58/2016, que federaliza trecho da rodovia entre as cidades de Bom Jesus (RS) e Bom Retiro (SC). São 161 quilômetros da estrada conhecida como Rota das Neves, por interligar a Serra Gaúcha com a Serra Catarinense.

Ao vetar a proposta, Temer alegou que a rodovia não atende aos requisitos para a federalização, que são regulados pelo Sistema Nacional de Viação (Lei 12.379, de 2011).

Também pode ser conclu-

ída a análise do veto parcial à Lei 13.674, que autoriza empresas de tecnologia da informação e da comunicação a investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, como contrapartida ao recebimento de isenções tributárias.

Foi vetado um artigo que permitia incluir no benefício gastos com a modernização da infraestrutura física e laboratorial. O governo não concorda que despesas relativas à administração e sem ligação direta com investimentos em pesquisa, como reformas, recebam incentivos tributários.

Na sessão de hoje, o Congresso também pode votar textos sobre o Orçamento.

A agenda completa, incluindo o número de 🔳 🎎 🔳 cada proposição, está disponível na internet, no endereço: http://bit.ly/agendaLegislativa



CI Bloqueador de celular

9h Comissão pode votar texto sobre instalação de bloqueador de celular em presídios. Em seguida, análise de proposta de avaliação de políticas públicas.

ESTATUDO DO TRABALHO Sindicatos 9h Audiência para debater contribuição sindical no Estatuto do Trabalho.

MP 832/2018 Transporte de carga 9h30 Audiência sobre preço mínimo do transporte de cargas. Às 14h30 análise do relatório.

CAE Proteção de dados pessoais 10h A comissão vota o projeto que cria regras de proteção de dados pessoais.

CRA Garantia-Safra

Athos Bulcão

11h Audiência para avaliar o Programa Garantia-Safra.

CONGRESSO Athos Bulcão 11h Sessão solene em homenagem a

CE Acesso biométrico em estádios 11h30 Na pauta, projeto que obriga catraca biométrica em estádios de futebol.

CMA Agricultura urbana 11h30 Normas sobre agricultura urbana

sustentável estão na pauta da comissão. PLENÁRIO Renúncia fiscal 14h Votação de destaque a texto sobre

beneficiados por renúncia fiscal. MP 830/2018 Fundo soberano

14h30 Reunião de análise da MP que extingue o Fundo Soberano do Brasil.

MP 837/2018 Polícia rodoviária 14h30 Discussão da MP que indeniza policial rodoviário federal.

MP 829/2018 Prazo de contratos 14h30 Análise do relatório da MP sobre prazo de 187 contratos ministeriais

CONGRESSO Vetos 19h Votação de vetos e textos sobre o Orçamento.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das 🔳 🔭 🔳 sessões no Plenário:



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: http://bit.ly/plenarioOnline





Hélio José (3º à dir.) comanda audiência com médicos e especialistas nos primeiros anos de vida da criança

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: http://bit.ly/audienciainterativa

<u>Alô Senado</u>: **0800 612211**

.companhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

Facebook: senadofederal • Twitter: @agencia_senado

• <u>TV</u>: senado.leg.br/TV

Mesa do Senado Federal

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza Primeiro-secretário: José Pimentel

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares Quarto-secretário: Zeze Perrella

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Peteção, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Planetária.

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

Secretaria Agência e Jornal do Senado

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burle Coordenação de Cobertura: Paola Lima Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Servico de Arte: Bruno Bazílio

<u>|ornaldo senado</u> Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Site: www.senado.leg.br/jornal -- E-mail: jornal@senado.leg.br -- Twitter: @SenadoFederal -- facebook.com/SenadoFederal -- fTel.: 0800 612211 — Av. N2, Bloco 11 do Senado Federal, 70165-900, Brasília, DF

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Rádios comunitárias podem ter alcance maior

Plenário deve votar projeto que aumenta a potência das emissoras em até 12 vezes. Objetivo é viabilizar a cobertura em áreas com moradias dispersas, como as rurais

AUMENTAR EM ATÉ 12 vezes a potência máxima de transmissão das rádios comunitárias é o objetivo de um dos projetos de lei que deverão ser votados no Plenário do Senado nos próximos dias. Do senador Hélio José (Pros-DF), o PLS 513/2017 estabelece que a potência das rádios comunitárias poderá ser aumentada de 25 para até 300 watts, com três canais designados, em vez de um, para a execução de radiodifusão comunitária que atenda uma comunidade, um bairro ou uma vila.

Segundo Hélio José, o aumento da potência é necessário devido à grande diversidade geográfica do Brasil. Ele argumenta que 25 watts são insuficientes para operação nas áreas de população

esparsa, particularmente na zona rural. A ideia é viabilizar o serviço em regiões nas quais a cobertura de uma única comunidade, com moradias dispersas, exige alcance maior que o atualmente estabelecido.

Hoje a potência atinge até um quilômetro de raio de cobertura, limitando e restringindo o alcance da rádio, muitas vezes menor do que sua comunidade ou público potencial, como frisou o senador Waldemir Moka (MDB--MS), relator substituto do projeto na sua passagem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A mudança vem recebendo apoio de senadores e é defendida pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária



A Ideal FM é uma das rádios comunitárias de Boituva, em São Paulo

(Abraço). Em discurso no Plenário, Hélio José rebateu críticas ao projeto, entre elas a comparação das rádios comunitárias a rádios piratas. Para ele, a equiparação é injusta porque uma rádio ilegal não tem limite e ou autorização

para funcionar.

— Rádio pirata transmite o que quiser, onde quiser, como quiser e com o interesse que tiver, contanto que não seja alcançada pelo poder público. As rádios piratas são a antítese perfeita das rádios comunitárias — disse o senador.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também defenderam a proposta.

— No interior do estado do Pará, quem está lá levando informação, conhecimento e cultura são as rádios comunitárias — afirmou Flexa.

O senador acrescentou que o projeto autoriza o aumento da potência para até 300 watts, mas quem vai definir a potência para cada rádio será a Anatel, que não permitirá sobreposição de sinais.

O projeto ainda aumenta de um para três os canais na faixa de frequência para as rádios comunitárias em frequência modulada. Se aprovada, a lei deve entrar em vigor 45 dias depois de ser sancionada.

Relator da LDO propõe 2019 sem reajuste e com incentivos restritos

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), entregou no domingo o parecer que será discutido e votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) a partir de amanhã. A preocupação com a crise fiscal, marcada por deficits públicos anuais e aumento do endividamento estatal, levou o senador a propor uma série de medidas de controle dos gastos para o próximo ano.

O projeto (PLN 2/2018) restringe a concessão de novos incentivos fiscais, proíbe reajustes para servidores públicos e elimina a criação de novos cargos. A contratação de servidores fica limitada a situações específicas, como para os concursos com prazo de nomeação vencendo em 2019. O parecer também propõe a redução de 10% das despesas com custeio administrativo. Dalírio incluiu ainda um dispositivo que proíbe reajuste das verbas destinadas aos gabinetes de deputados e senadores. Essas verbas são usadas para pagar, por exemplo, pessoal, material de divulgação e combustível.

O senador disse que 2019 deve ser visto como "um ano sabático" para rearranjo das prioridades orçamentárias, tarefa que ficará a cargo do novo presidente da República. O relatório da LDO, afirmou, é o início desse processo de reavaliação. Ele se disse es-



Proposta de Dalírio Beber inclui medidas para controle de gastos públicos

tarrecido com a situação das contas públicas.

— A situação fiscal da União já não garante pagar suas despesas atuais, pois vem convivendo com deficits primários há mais de quatro anos, sem perspectiva de reversão.

Entre 2014 e 2017, a União apresentou deficit primário de R\$ 415 bilhões. Isso corresponde a um gasto médio anual de R\$ 103,76 bilhões acima de tudo que o governo arrecada, segundo Dalírio. Essa situação deficitária perdurará pelo menos até 2021. "No período de oito anos (2014 a 2021), projetam-se despesas primárias sem cobertura adequada da ordem de R\$ 893 bilhões. Essa sangria é insustentável", afirma no relatório.

A meta fiscal de 2019, proposta pelo governo, foi mantida pelo relator. O texto prevê deficit de R\$ 132 bilhões (1,75% do PIB) para o setor público, que inclui os governos federal, estaduais e municipais, e suas estatais, dividido da seguinte forma: deficit de R\$ 139 bilhões para o Orçamento federal; deficit de R\$ 3,5 bilhões para as empresas estatais federais (desconsiderando os grupos Petrobras e Eletrobras) e superavit de R\$ 10,5 bilhões para os entes federados.

A LDO é uma lei de vigência anual de múltiplas funções. Cabe a ela orientar a elaboração da proposta orçamentária e a execução do Orçamento no ano seguinte, estabelecer a meta fiscal, definir as ações prioritárias do governo e fixar parâmetros para as despesas dos Poderes.

Da Agência Câmara

Relatório da MP do preço mínimo para fretes pode ser votado hoje

A comissão mista da medida provisória que estabeleceu preços mínimos para os fretes rodoviários pode votar hoje o relatório. A MP 832/2018, que foi editada para atender reivindicações dos caminhoneiros para pôr fim à greve de maio, tem encontrado resistência dos empresários.

Até o Supremo Tribunal Federal (STF) foi envolvido na discussão, já que houve questionamentos sobre a constitucionalidade da MP. O relator do tema no STF, ministro Luis Fux, disse que só tomará decisão após uma audiência pública prevista para 27 de agosto.

O relator da medida, o deputado Osmar Terra (MDB-RS),

espera aprovar o texto hoje e levá-lo ao Plenário da Câmara amanhã. Assim, a votação no Plenário do Senado poderia ocorrer antes do recesso parlamentar, previsto para começar em 17 de julho.

Hoje de manhã, antes da votação da MP, a comissão ainda deve se reunir com integrantes do governo do setor de combustíveis. Foram convidados representantes dos Ministérios dos Transportes e de Minas e Energia, da Petrobras e da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil.

— Tem que ser um entendimento bom para todos os lados, porém respeitando o custo mínimo do frete — disse Terra.

Comissão avalia marco de proteção de dados pessoais

o uso e a proteção de dados pessoais no país pode avançar hoje. Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o PLC 53/2018, do deputado Milton Monti (PR-SP), é o primeiro item da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta teve voto favorável do relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Ele rejeitou outras três proposições que tramitavam em conjunto com o projeto (PLSs 131/2014, 181/2014 e 330/2013).

Baseado em pontos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR, na sigla em inglês) em vigor na União Europeia desde maio, o texto avança, por exemplo, ao autorizar coleta e tratamento de dados apenas com consen-

O projeto que regulamenta timento explícito e opção de perdidas pelo Brasil por não o usuário visualizar, corrigir e deletar dados pessoais.

O tratamento de dados pessoais, conforme o texto, é o cruzamento de informações de uma pessoa ou de um grupo para direcionar decisões comerciais, políticas públicas ou atuação de órgão público.

Ferraço aponta a necessidade e a urgência de aprovação do marco legal. Ele frisa que o Brasil não dispõe de uma norma de proteção, apenas leis setoriais que disciplinam a questão parcialmente (como o Código de Defesa do Consumidor, a Lei do Cadastro Positivo, a Lei de Acesso à Informação e o Marco Civil da Internet). O relator destaca também as oportunidades de investimento internacional

dispor de uma lei de proteção de dados pessoais.

"O dado pessoal é hoje insumo principal da atividade econômica em todos os setores. É elemento fundamental até mesmo para a concretização de políticas públicas", argumenta. Para o senador, o marco legal é também o ponto de partida para a implementação de uma estratégia que coloca o indivíduo no controle efetivo dos seus dados pessoais.

Além da CAE, a proposta precisa passar pelas Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT) e de Constituição e Justiça (CCJ), mas Ferraço acredita ser viável aprovar o texto em Plenário antes do recesso de julho.

Alô Senado 0800 612211 www.senado.leg.br/jornal

Veja o passo a passo



Acompanhar tramitação de lei ainda é desafio

Com apoio da tecnologia, Senado e Câmara dos Deputados buscam ferramentas para facilitar o acesso e a compreensão, pelos cidadãos, do caminho percorrido pelas propostas

O EMPENHO DOS cidadãos em influir na elaboração das leis brasileiras tem ficado mais visível nos últimos anos. Exemplo recente disso é a ampla mobilização em torno de um projeto sobre o controle dos agrotóxicos (PL 6.299/2002), em análise na Câmara dos Deputados. A possibilidade de que o uso desses produtos seja facilitado levou a uma forte pressão em todo o país para que os deputados derrubem a proposta. No Senado, a discussão sobre um projeto que descriminaliza o cultivo da maconha para uso pessoal terapêutico (PLS 514/2017) também tem colocado a sociedade em contato direto com a Casa.

A internet e as redes sociais facilitaram a mobilização social e a possibilidade de os cidadãos se inteirarem, acompanharem e influírem no processo legislativo. Pelo site do Senado, por exemplo, é possível seguir a tramitação de uma proposta por um sistema de buscas na página Atividade Legislativa, opinar sobre ela e até sugerir ideias de projetos, no Portal e-Cidadania.

Porém, apesar das novas ferramentas tecnológicas, muita gente ainda pode considerar complicado o caminho para acompanhar o andamento de propostas.

A mestranda em ciências sociais Jaqueline Martins diz que tem dificuldade para acessar as proposições. Militante de movimentos sociais, ela considera que falta transparência e isso desestimula os cidadãos a fiscalizar o trabalho parlamentar.

— Acho importante acompanhar porque, direta ou indiretamente, os projetos afetam as nossas vidas. Mas não é uma coisa fácil e intuitiva. O passo a passo para achar e compre-



Equipe cria aplicativo que descomplica compreensão do trajeto dos textos

ender tramitações, na verdade, é complicado para quem não costuma acompanhar o processo legislativo no dia a dia.

O assessor do Ministério Público Federal na Paraíba Tiago França diz que toma conhecimento da maioria das votações por meio do programa de rádio *A Voz do Brasil*. Ele classifica o sistema de buscas no site como uma boa ferramenta, mas sugere que ela seja aprimorada, tornando a pesquisa mais clara e acessível para a grande parcela da população que não tem conhecimentos jurídicos.

Integração de dados

Formada em letras, Raquel Avelar não tem dificuldades para encontrar projetos em tramitação, já que trabalhou no portal do Ministério da Justiça. Ela acredita que um sistema unificado entre Câmara e Senado e menos burocrático facilitaria o entendimento para a maioria da população.

—Faltam detalhes e, ao mesmo tempo, uma simplificação para evitar que a gente se perca nesse processo — reflete.

A solução para essas demandas pode estar a caminho, mas depende da integração total das bases de dados do Senado e da Câmara, de um lado, e de inovações no campo da

navegabilidade e desenho das páginas de pesquisa, do outro.

O desafio, contudo, está lançado e envolveu até "hackers do bem" da Campus Party, encontro anual de aficionados por informática que neste ano ocorreu em Brasília. O Parlathon 2018, maratona tecnológica organizada pelo Senado e Câmara no evento, teve 29 equipes inscritas. Em 36 horas, os participantes buscaram uma solução original para facilitar o acompanhamento da "trilha legislativa".

A equipe vencedora desenvolveu um aplicativo para celular que permite uma visualização descomplicada da trajetória das proposições legislativas. Para Danilo Lemes, líder da equipe, a maior dificuldade foi compreender o processo legislativo.

— A gente perdeu bastante tempo tentando entender a tramitação de um projeto de lei. Uma Casa inicia, a outra revisa, tem veto, não tem veto. Além disso, a gente encontrou muitos problemas na hora de puxar os dados. Apesar de representarem a mesma coisa, os dados das duas Casas são vistos de forma totalmente diferente. Vincular os dois é muito difícil — disse ele.

O diretor-executivo de Gestão do Senado, Márcio Tan-

Até ser sancionada, uma proposta legislativa passa por um trajeto com muitas alternativas, inclusive a da rejeição A Casa iniciadora Apresentação do pode ser a Câmara projeto de lei ou o Senado. Porém, iniciativas populares, projetos de lei de iniciativa do Executivo e medidas provisórias se iniciam na Câmara CASA REVISORA Aprovado? Análise das emendas REPÚBLICA Análise do(s) veto(s) Promulgação e publicação PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA RDENAMENTO JURÍDICO Havendo veto, apenas a parte vetada irá à análise do Congresso. A outra parte seguirá para promulgação e publicação da Presidência. ² Derrubado o veto, haverá promulgação da parte vetada e republicação da lei

Fonte: Câmara dos Deputados

credi, avaliou a participação do Senado na Campus Party como mostra da disposição da Casa romper as travas de comunicação com os cidadãos:

— O que vale agora não é o que a gente quer mostrar ao público, mas entender o que o público quer ver da nossa parte.

Conforme a diretora-adjunta de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara, Patrícia Almeida, há uma mudança da estratégia para aproximar mais o Congresso do jovem cidadão. Nas duas Casas, explica, buscam-se ideias que possam atualizar e criar serviços para essa nova geração.

Os dados abertos colocados à disposição dos participantes da maratona estão integrados.

Apenas os números das propostas continuam diferentes, um no Senado e outro na Câmara. Mas, segundo o secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, uma equipe de técnicos já trabalha na integração entre os sistemas legislativos das duas Casas, para facilitar a busca já a partir do ano que vem.

O consultor do Senado e diretor-geral da Escola Nacional de Administração Fazendária, Fernando Meneguin, destaca a transparência como um dos pontos altos do processo legislativo. Ele elogia o grau alcançado pelos portais da Câmara e do Senado na disponibilização de documentos e indicação de todos os passos da tramitação dos projetos.

Projeto deve passar por várias etapas no Congresso

Toda lei começa a partir da apresentação de um projeto. E essa iniciativa pode ser dos deputados e senadores, das comissões da Câmara e do Senado, do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e de outros tribunais superiores, do procurador-geral da República e de grupos organizados da sociedade, explica o consultor do Senado Roberto Ribeiro da Silva.

Quando um projeto é apresentado na Câmara ou no Senado, ele segue para o presidente da Casa. É ele quem analisa o texto e o despacha para as comissões temáticas.

A proposta passa então por debates, quando pode receber sugestões de alteração, chamadas emendas.

O parlamentar designado relator elabora então um relatório com seu voto, que pode ser pela aprovação, pela apresentação ou acatamento das emendas, por um substitutivo ou mesmo pela rejeição ou arquivamento.

Dependendo da abordagem, o projeto poderá ser analisado por mais de uma comissão antes de ir à votação final no Plenário, esclarece Silva. Em alguns casos, se houver consenso, o texto já é aprovado em caráter definitivo na própria comissão e pode seguir para a avaliação da Casa revisora.

Após análise e aprovação nas duas Casas do Congresso, a proposta segue para o presidente da República, que poderá sancioná-la ou vetá-la parcial ou integralmente. Essa deliberação pelo Poder Executivo é a fase final de um projeto.

O texto sancionado pela Presidência é promulgado e publicado no *Diário Oficial da União*, tornando-se lei.

Saiba mais

Acompanhe a tramitação de um projeto de lei no Senado senado.leg.br/atividade

Opine sobre um projeto de lei, participe dos debates nas comissões ou faça uma sugestão de proposta legislativa senado.leq.br/ecidadania

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

